

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO IBEROAMERICANO

THE THEORETICAL CONSTRUCTION OF ARCHIVAL IDENTIFICATION IN THE IBERO-AMERICAN

Alexandre Faben – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ana Célia Rodrigues – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: aborda a identificação no contexto arquivística ibero-americano e as influências do Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA) na construção de uma tradição arquivística em comum. O método de identificação arquivística consiste em individualizar os documentos de arquivo dentro do seu contexto de produção e acumulação, a partir do estudo de órgão produtor e tipologia documental. Pretende-se, com esta pesquisa, ampliar o debate científico ao responder a seguinte pergunta: como a identificação arquivística é abordada no contexto ibero-americano e brasileiro? Coerente com esta questão, o objetivo geral da pesquisa é compreender o panorama internacional do uso do termo e do conceito de identificação enquanto método de pesquisa para a arquivística no contexto ibero-americano, bem como os estudos desenvolvidos no Brasil, apresentando a perspectiva histórica, epistemológica e metodológica. A abordagem metodológica adotada caracteriza-se pelo estudo exploratório de natureza qualitativa, que utiliza a investigação documental como método científico. Os resultados demonstram a pertinência da identificação arquivística para a implementação da gestão de documentos e acesso à informação.

Palavras-chave: identificação arquivística; terminologia arquivística; Ciência da Informação.

Abstract: this study addresses identification in the ibero-american archival context and the influences of the Ibero-American Administrative Archives Treatment Group (GITAA) in the construction of a common archival tradition. The method of archival identification consists of individualizing records within their context of production and accumulation, based on the study of the producing agency and document typology. The aim of this research is to broaden the scientific debate by answering the following question: how is archival identification approached in the Ibero-American and Brazilian contexts? Consistent with this question, the general objective of the research is to understand the international panorama of the use of the term and concept of identification as a research method for archival science in the Ibero-American context, as well as the studies developed in Brazil, presenting the historical, epistemological and methodological perspective. The methodological approach adopted is characterized by an exploratory study of a qualitative nature, which uses documentary research as a scientific method. The results demonstrate the relevance of archival identification for the implementation of records management and access to information.

Keywords: archival identification; archival terminology; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a identificação arquivística avançaram consideravelmente, desde a década de 80 do século XX, quando surgiram as primeiras discussões sobre a definição do termo e do conceito. O conceito e os procedimentos metodológicos da identificação arquivística foram alvo de debates em reuniões profissionais, artigos científicos, congressos da área, e, por isso, mereceram a atenção de pesquisadores da área, ao longo de mais de 40 anos de produção científica sobre o tema.

O termo identificação, na literatura arquivística, aparece a partir da década de 80 do século XX, como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de arquivistas, que se formaram em países ibero-americanos, para solucionar problemas de acumulação irregular de documentos em arquivos, contexto em que se inserem as práticas arquivísticas espanholas e brasileiras (La Torre Merino; Martín-Palomino y Benito, 2000, p. 14).

A partir dos anos 80 do século XX, o termo “identificação” passou a ser utilizado, na Espanha, por grupos de arquivistas da “Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura” com o objetivo de designar as tarefas de pesquisa realizadas sobre fundos acumulados em arquivos. Assim, Grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos a fim de propor soluções para os arquivos, de forma coordenada, marcando o início de uma tradição arquivística. Entre os países estão Espanha, Portugal, México e Brasil, “os quais não se tinham preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais” (Mendo Carmona, 2004, p. 41).

Pedro Lopez Gómes (1998) afirma que a existência e a acumulação de massas documentais em Arquivos é algo que caracteriza, de maneira geral, os países ibero-americanos.

Tal constatação demonstra a necessidade de verticalização do tema, através de investigação documental que possibilite realizar a revisão de literatura científica da área, a partir das discussões teóricas e metodológicas do Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA).

A revisão de literatura acerca da identificação arquivística foi realizada para além da seleção e análise de fontes de informação em repositórios de acesso aberto, tendo em vista que a literatura utilizada para a construção dos aspectos históricos e epistemológicos estão

concentrados na publicação das atas das reuniões do GITAA, fulcral para as discussões aqui apresentadas.

Pretende-se, com esta pesquisa, ampliar o debate científico ao responder a seguinte pergunta: como a identificação arquivística é abordada no contexto ibero-americano e brasileiro? Coerente com esta questão, o objetivo geral da pesquisa é compreender o panorama internacional do uso do termo e do conceito de identificação enquanto método de pesquisa para a arquivística no contexto ibero-americano, bem como os estudos desenvolvidos no Brasil, apresentando a perspectiva histórica, epistemológica e metodológica.

A partir dessa discussão inicial, para fundamentar o que se propõe, evidenciam-se as influências da identificação arquivística, no âmbito das tradições ibero-americanas, a fim de justificar a discussão do método no contexto da Arquivologia e Ciência da Informação.

A investigação das semelhanças e especificidades dos arquivos ibero-americanos pode oferecer uma nova diretriz para os esforços de cooperação institucional, além de contribuir para a produção e a disseminação de conhecimento arquivístico.

2 O GRUPO IBERO-AMERICANO DE TRATAMENTO DE ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS : EM BUSCA DE UMA TRADIÇÃO ARQUIVÍSTICA COMUM

Os processos democratizantes, das últimas quatro décadas, têm impulsionado, de forma diferenciada, o desenvolvimento da Arquivística de diversos países ibero-americanos. A necessidade de estabelecer uma metodologia, que permitisse resolver os problemas na área de gestão de documentos, contribuiu para a criação, em 1989, em Madrid, do Grupo Ibero-Americano de Tratamento de Arquivos Administrativos, GITAA, formado por representantes de instituições arquivísticas nacionais da Espanha, Portugal, México e Brasil.

Reconhecer as singularidades e os aspectos gerais da arquivística ibero-americana supõe identificar não só os elementos históricos de uma possível raiz arquivística ibérica comum, mas também a forma como as estruturas políticas e sociais contemporâneas dos países iberoamericanos se confirmam ou se distanciam desse tronco comum (Conde Villaverde; Jardim, 2012, p. 24).

O GITAA nasceu voltado, portanto, para o estabelecimento de metodologias que permitissem resolver os problemas específicos dos países ibero-americanos, no campo da gestão de documentos (Jardim, 1996).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Ciente do problema de acumulação irregular de documentos que atingiram alguns Arquivos ibero-americanos, o GITAA, coordenado por María Luisa Conde Villaverde, buscava soluções metodológicas para tratar esse problema, comum entre os países. Conde Villaverde (1992, p. 15) enfatiza que “era preciso ter uma base empírica suficientemente ampla que permitisse a definição dos princípios teóricos da identificação e avaliação”.

Sobre a história do GITAA, Conde Villaverde *et al.* (1992) afirma, na publicação *Archivos administrativos iberoamericanos: modelo y perspectivas de una tradición archivística* (1996), que o GITAA tem sua origem em uma série de circunstâncias, no contexto internacional, e destaca a necessidade de estabelecer um modelo de controle e tratamento da documentação administrativa baseado na tradição histórica e arquivística, no contexto ibero-americano.

Com relação à denominação do GITAA, é necessário esclarecer, de acordo com as atas de reuniões do Grupo, que, inicialmente, era chamado, também, de “Grupo Ibero-Americano Sobre Gestão de Documentos Administrativos”, e, ainda, “Grupo de Gestão de Documentos Administrativos”. A partir da V reunião do Grupo, considerou-se conveniente mudar sua denominação para “Grupo Ibero-americano de Tratamento de Documentos”. Na VIII reunião, aparece, pela primeira vez, a denominação “Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos”, e na IX Reunião, o surgimento da sua sigla correspondente, GITAA. Optou-se, nesta pesquisa, pela utilização da sigla GITAA, sempre que nos referimos ao Grupo que, desde sua criação, em 1989, perpassou por algumas mudanças de nomenclatura, agora esclarecidas.

Em quase oito anos de existência, o GITAA realizou esforços para manter um ritmo de trabalho, que permitiu obter resultados tangíveis. Vale ressaltar que, naquela época, as tecnologias de comunicação não tinham alcançado o grau de desenvolvimento que adquiririam posteriormente, e que, em consequência, manter fora do ambiente virtual, a que todos estamos habituados, um projeto desta dimensão envolveu uma escala que exigiu muita dedicação (Conde Villaverde; Jardim, 2012, p. 31).

Desde a primeira reunião, a composição do GITAA permaneceu basicamente inalterada, segundo os registros das atas de reuniões celebradas ao longo de sua existência, a saber: I) Madrid, outubro de 1989; II) Madrid, maio de 1990; III) Rio de Janeiro, outubro de 1990; IV) Madrid, setembro de 1991; V) Cidade do México, junho de 1992; VI) Cerdanyola (Barcelona), novembro de 1992; VII) Madrid, março de 1993; VIII) Lisboa, janeiro de 1994; e IX) Alcalá de Henares, julho de 1996.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Além de tentar definir as características histórico-administrativas dos Arquivos ibero-americanos, e contrastar experiências concretas realizadas em circunstâncias muito diferentes, o GITAA obteve uma série de resultados concretos, que representam um avanço indiscutível no campo da teoria e da prática em Arquivística.

Os resultados foram difundidos através de duas publicações realizadas pelo Arquivo Nacional da Colômbia, com respaldo do Ministério da Cultura espanhol. A primeira: *Archivos administrativos iberoamericanos: modelo y perspectivas de una tradición archivística* (1996). A segunda: *Hacia un diccionario de terminología archivística* (1997). A obra *Archivos administrativos iberoamericanos: modelo y perspectivas de una tradición archivística* apresenta os relatos das experiências práticas e teóricas dos países integrantes do Grupo: Espanha, Portugal, Brasil e México. Sobre as experiências nacionais, é possível perceber a contribuição de cada país membro.

O GITAA formulou o conceito de Identificação, divulgado por María Luisa Conde Villaverde, nas “Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas”, em Madri, 1991, designando as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de métodos que solucionassem o problema de acumulação irregular de documentos, caracterizando-a como fase autônoma no âmbito da metodologia arquivística (Conde Villaverde *et al.*, 1992, p. 17-18).

A partir deste momento, o conceito de Identificação se incorporou na arquivística ibero-americana, sendo integrado no *Diccionario de terminología archivística* espanhol, publicado em 1993, que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (Diccionario de terminología archivística, 1993, p. 37).

Por categoria administrativa, podemos entender as competências, as funções e as atividades inerentes ao produtor. A categoria arquivística refere-se à série documental, identificada nos parâmetros da Tipologia Documental.

Ressalta-se que a Arquivística se desenvolveu empiricamente com a intenção de os arquivistas encontrarem soluções para os problemas detectados na prática. Essa relação forçou a construção e o estabelecimento de conceitos que carecem de definição clara e precisa como, por exemplo, o conceito de identificação.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A experiência espanhola permitiu estabelecer as etapas necessárias que devem ser estabelecidas na Identificação, guiada pela ideia da necessidade de conhecer a estrutura do organismo produtor; seu funcionamento interno; sua competência, funções, atividades e procedimentos.

De acordo com a experiência espanhola, na publicação do GITAA, considera-se a Identificação como a compilação e o estudo da legislação para compreender a estrutura e competência administrativa, bem como os procedimentos através dos quais essas competências são desenvolvidas.

A partir da experiência apresentada por Portugal, fica claro que o país teve dificuldades em se manter no GITAA e, talvez por isso, não tivemos conhecimento de discussões posteriores aos trabalhos do Grupo, no que tange ao desenvolvimento da identificação enquanto um método de pesquisa para Arquivística, nos trabalhos teóricos e empíricos realizados em Portugal. Entretanto, a partir dos anos 90 do século XX, tem-se conhecimento da primeira aplicação do estudo orgânico-funcional desenvolvido por José Subtil a partir da publicação do Guia do Ministério das Finanças de Portugal, 1999. Situação que merece destaque e aprofundamento mais à frente, em pesquisa futura, com o objetivo de sistematizar este percurso teórico-metodológico, desenvolvido no contexto português, bem como investigar as semelhanças e diferenças entre o estudo orgânico funcional e a identificação arquivística.

A experiência mexicana apresentada no GITAA, o processo de identificação e avaliação aparece como ferramenta básica para a elaboração dos instrumentos específicos de gestão de documentos. A base metodológica deste processo repousa, precisamente, no conhecimento abrangente da instituição, da identificação das séries documentais e de sua relação orgânica com o contexto. Permite distinguir, abrindo um panorama fértil para a detecção de séries com valor permanente, a documentação comum a todos os órgãos governamentais, em comparação com a documentação que é característica de uma instituição ou, para ser mais específico, de uma função. A participação do México destaca a ideia de que as funções correspondem a uma noção mais estável e confiável para estruturar um projeto de identificação e avaliação (Herrera Huerta; Ramírez Deleón, 1996, p. 138).

Na publicação do GITAA, o Brasil contribuiu com a experiência da implantação do Programa de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional (PGD-AN), implantado pela Portaria n.º 10, de 27 de março de 1989. A metodologia utilizada no PGD-AN foi desenvolvida pela

Divisão de Pré-Arquivo, em Brasília, no Projeto de Gestão de Documentos do Ministério da Agricultura (Minagri), em 1985.

A contribuição da experiência do Arquivo Nacional do Brasil aparece, sobretudo, nas publicações e experiências realizadas pelos técnicos do Arquivo Nacional. É possível perceber que a identificação aparece na tentativa de mapear os documentos custodiados na instituição, bem como no preenchimento de formulários para sistematizar os acervos sob sua guarda.

É possível perceber que a perspectiva para identificação de documentos do Arquivo Nacional do Brasil difere das práticas espanholas, tendo em vista que as experiências do Arquivo Nacional do Brasil demonstram que o tipo documental não é considerado como um parâmetro para identificar os documentos e agrupar as séries documentais. A abordagem da identificação por assunto marca a tradição, os procedimentos e instrumentos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional do Brasil, até aos dias atuais.

Assim, a partir das discussões apresentadas na publicação do GITTA, bem como a partir das atas de reuniões, é possível concluir que o Grupo sistematiza a identificação como uma tarefa específica, fundamental e distinta na atividade arquivística, definindo-a como um processo de investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas, nas quais a estrutura de um fundo se sustenta. Essa definição foi publicada no Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol, e embora perceba-se diferentes utilizações do termo e da definição do conceito nas experiências apresentadas pelos países que compõem o GITAA, podemos afirmar que a “identificação” é o elo perceptível da existência, ou influência, de uma tradição arquivística em comum presente na metodologia de trabalho dos países ibero-americanos.

Neste sentido, para aprofundar a discussão, faz-se necessário, realizar um estudo, com o objetivo de evidenciar os diversos aspectos da realidade arquivística brasileira, ao analisar os pontos de convergência e divergência.

4 IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Rodrigues (2008, p. 232), ao discutir as questões que envolvem a construção teórica do conceito de identificação, no contexto arquivístico, afirma que o Brasil integrou o GITAA “em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual também compartilhava com os países ibero-americanos”.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

No início dos anos 80 do século XX, os grupos de trabalho responsáveis por identificar o acervo do Arquivo Nacional do Brasil depararam-se com a ausência de padrões metodológicos capazes de enfrentar o desafio de identificar grandes volumes documentais em Arquivos.

A partir de janeiro de 1983, dois grupos de trabalho estavam constituídos: o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) e o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), ambos criados para solucionar as questões de transferência e recolhimento de fundos, assim como a metodologia para o levantamento da produção documental para fins de avaliação de documentos.

Sem dúvida alguma, tratava-se de uma situação-limite de desconhecimento do acervo da administração pública federal, que evidenciava uma lacuna quanto à informação produzida e destinada ao administrador e ao cidadão. Por motivos diversos, fundos não identificados ainda fazem parte da realidade de muitos Arquivos Públicos no Brasil, que foram constituídos sem critérios devido à ausência de um Programa de Gestão de Documentos.

Ao assumir a gestão em 1980, a nova direção-geral do Arquivo Nacional constatou que dos 18 mil metros lineares de documentos depositados na instituição 50% ainda eram desconhecidos pelos seus próprios funcionários. A partir desse dado, começou-se a especular sobre o volume da massa documental produzida e recebida pelos órgãos da administração pública federal, direta e indireta, pertencente ao Poder Executivo, sediado no estado do Rio de Janeiro e que ainda não havia sofrido transferência e/ou recolhimento ao Arquivo Nacional. Criou-se, assim, em 1981, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) com o objeto de transformar em dados concretos as informações esparsas de que então se dispunha (Arquivo Nacional, 1985, p. 7).

O GIFE foi o responsável por realizar a identificação e cadastramento de acervos documentais produzidos e acumulados pelas entidades da administração pública federal, no Estado do Rio de Janeiro. Na identificação, incluíram-se dados referentes a conteúdo, forma, origem, estado de conservação, localização física e quantidade dos documentos (Arquivo Nacional, 1985).

A identificação de arquivos realizada no Arquivo Nacional para sistematizar a transferência e recolhimento de documentos, bem como para dimensionar acervos acumulados difere-se dos procedimentos de identificação arquivística desenvolvidos sob o ponto de vista da arquivística espanhola. Assim, aquela identificação, contudo, não é a

identificação arquivística, pois não está fundamentada nos parâmetros da tipologia documental.

A identificação arquivística fundamentada na diplomática e tipologia documental não chega ao Brasil através das políticas nacionais, nem das experiências metodológicas desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, mas a partir dos teóricos da literatura arquivística. Por isso, é pertinente um estudo aprofundado, a partir das publicações de estudiosos deste tema, para compreender a tradição arquivística brasileira.

O método de análise de identificação de documentos de arquivo, nos parâmetros da tipologia documental, se tornou conhecido pela arquivística brasileira, a partir dos estudos de Heloísa Liberalli Bellotto. A autora teoriza sobre o método desenvolvido pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, e apresenta os fundamentos da Tipologia Documental, aspecto que não havia sido tratado anteriormente por Vicenta Cortés (1986) ao divulgar o conceito de identificação.

Para o entendimento da maneira que a Arquivologia compreende e usa as expressões “espécie documental” e “tipo documental”, é necessário ingressar no campo da diplomática e, no contexto desta, na tipologia documental, que é uma extensão de seus parâmetros voltados para o nascimento dos documentos e da sua contextualização na competência, nas funções e nas atividades atribuídas à entidade produtora (Bellotto, 2022, p. 11-12).

Bellotto (2022) explica que, no Brasil, a adoção da espécie como antecedente do tipo foi concebida pelos membros da Comissão Técnica, formada por Heloísa Liberalli Bellotto, Ana Maria de Almeida Camargo, Rosemarie Inojosa e Johanna Wilhelmina Smit, professoras que atuaram no Curso de especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1986-2010).

Ao refletir sobre o entendimento da espécie e do tipo documental na teoria e prática Arquivística, Bellotto (2022, p. 11) salienta que:

o documento nasce por alguma razão de ser, seja anterior ao fato ou ação que engloba (documento dispositivo), seja posterior (documento comprobatório). Se impar no momento de sua criação, no arquivo, não estará só, pois o documento, sendo imbuído de um conjunto de elementos internos e externos, como dita a Diplomática os quais o caracterizam fortemente, assim como seus congêneres, todos componentes de uma mesma série documental. O que eles têm em comum é que os faz serem do mesmo tipo documental, o que resultará em pertencerem à mesma série documental.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

No Brasil, o termo e o conceito de identificação arquivística são ampliados a partir dos estudos de Rodrigues (2008, 2011). De acordo com a autora, a identificação arquivística é um método que “se fundamenta em análise decorrente de diagnóstico elaborado sobre o documento de arquivo e seu órgão produtor, com finalidade de propor soluções ao problema apresentado” (Rodrigues, 2008, p. 32).

Assim, é possível afirmar que, se tratando do método, a identificação só é arquivística se o estudo para identificar os documentos de arquivo for realizado nos parâmetros da tipologia documental, para que a denominação dos documentos de arquivo seja precisa, padronizando, também, a denominação das séries documentais que refletem o mesmo nome da tipologia documental.

Muitas propostas de identificação foram surgindo no âmbito dos arquivos brasileiros a partir da adaptação do modelo que considera o tipo documental como um parâmetro que evidencia a razão de ser do documento de arquivo. A tipologia documental é utilizada para reconhecer a ação que deu origem ao documento, base para nomear o documento de arquivo corretamente.

A identificação arquivística está sistematizada na literatura da área, e nos estudos de caso, como um método para a Arquivística, tendo por base as seguintes premissas: nomear corretamente os documentos de arquivo, o que pressupõe identificá-los nos parâmetros da tipologia documental, a fim de fornecer rigor na padronização dos documentos, sobretudo para sua adequada denominação, e agrupar os tipos documentais pertencentes a mesma série documental; reconhecer e evidenciar a competência, funções e atividades desempenhadas pelo produtor.

O método se concentra na identificação do órgão, o produtor do fundo documental, com o objetivo de compilar toda a informação possível sobre ele, e na identificação de cada um dos tipos documentais produzidos e acumulados (Mendo Carmona, 2004).

Perspectivas difundidas por Rodrigues (2008) discutem a identificação arquivística como uma possível e nova função, apesar de não ter sido assim sistematizada. A autora enfatiza que a identificação arquivística enquanto função ainda prescinde de teorização, porém, enquanto método é imprescindível para o reconhecimento e tratamento técnico dos documentos de arquivo.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O conceito de série, proposto por Antonia Heredia Herrera e adotado pelo dicionário do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, 2010), define-a como “sucessão ou conjunto de documentos testemunho contínuo de uma atividade que é produzida por um ou mais agentes como responsáveis por essa atividade” (Heredia Herrera, 2011, p. 167).

Portanto, a denominação da série documental (sequência seriada do mesmo tipo documental, vinculada à mesma função e atividade) obedece à seguinte fórmula: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios para a classificação e avaliação (Rodrigues, 2011).

Identificar documentos, tendo como base um parâmetro que permite conhecer a ação que está registrada em seu conteúdo e o modo como esta informação se articula com o contexto em que o documento é produzido, torna-se fundamental para proporcionar o acesso à informação. Por este motivo, a identificação arquivística torna-se necessária como método científico para reconhecer documentos e informações, contribuindo para que as instituições públicas sejam eficientes e comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

O método de identificação arquivística consiste em individualizar os documentos de arquivo dentro do seu contexto de produção e acumulação, a partir do estudo de órgão produtor e tipologia documental. A relação com o direito e administração se estabelece nos conceitos que norteiam a literatura, e em quais níveis se aplicam e orientam o estudo para reconhecer e sistematizar a estrutura administrativa, competência atribuída, funções e atividades desempenhadas pelo produtor, o que demonstra a estrutura orgânica e sua história administrativa.

O estudo do órgão produtor será registrado em instrumentos que sistematizam a competência, as funções e atividades desempenhadas, constituindo-se como a base para a elaboração dos instrumentos arquivísticos de gestão de documentos. O estudo de identificação do tipo documental fornece instrumentos para o desenvolvimento e padronização das práticas arquivísticas, que deve ter como princípio fundamental o estudo da gênese do documento de arquivo, que incide sobre o contexto de produção.

Neste sentido, a terminologia arquivística é essencial para definir a identidade da área. A complexidade da gestão pública interfere diretamente no tipo de documento e informação que são produzidos. A administração pública preocupa-se muito em cumprir as funções e atividades do dia a dia sem preocupar-se com o tipo documental correto que deve ser

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

produzido e, sobretudo, com a sua correta denominação, perspectiva do método da identificação arquivística.

Na obra “Identificação de documentos em arquivos públicos”, publicada em 1983, a definição do conceito de identificação aparece como:

Uma etapa necessária à organização de acervos que não tenham recebido tratamento arquivístico algum. Visa não só a estabelecer um maior controle sobre essa documentação, como fornecer indicadores que possam nortear a elaboração de um modelo de arranjo. Assim, é preciso conhecer a documentação antes de organizá-la (Valério *et al.*, 1985, p. 11).

Nas publicações referentes ao trabalho metodológico desenvolvido no âmbito do Arquivo Nacional, sobre a identificação de documentos, essa foi a única definição encontrada.

No Brasil, os resultados das experiências desenvolvidas no Arquivo Nacional permitiram a formulação do conceito de identificação, incorporado pelo “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”, como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, 2005, p. 104).

Por esta definição, o conceito de identificação remete ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informação sobre a situação de acumulação dos documentos de arquivo (Rodrigues, 2008).

A definição do conceito de identificação, apresentado pelo “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística”, não deixa claro qual informação sobre os arquivos devemos reconhecer e sistematizar, mas esclarece que o objetivo da identificação, neste contexto, é realizar o controle físico e intelectual dos documentos, sobretudo nas transferências e recolhimentos.

Ambas as definições não se referem à identificação como fase intelectual do processamento técnico arquivístico, que tem por objeto de estudos o órgão produtor e os documentos gerados no exercício de suas atividades.

Porém, a definição do conceito de identificação no Dicionário de terminologia arquivística espanhol pressupõe o reconhecimento do órgão produtor e dos tipos documentais. Já o conceito publicado pelo “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” relaciona o conceito de identificação à sistematização e controle de fundos de arquivo.

É importante esclarecer que, apesar de se tratar do mesmo conceito, as definições apresentadas pelos dicionários são diferentes, o que impacta diretamente nos resultados, de acordo com a aceção e o entendimento que for adotado. Ou seja, as diferenças metodológicas decorrem do próprio termo e da definição do conceito, e os matizes conceituais refletem na prática: as definições são diferentes, portanto os resultados serão distintos.

Essa questão terminológica é pertinente, pois decorre de uma aplicação que estabelece o escopo de uma teoria que se materializa. Os conceitos induzem às práticas arquivísticas, e contribuem para os debates e a consolidação da área.

Desta forma, evidencia-se que não há consenso em dicionários de terminologia arquivística sobre a definição do conceito de identificação, o que torna ainda mais relevante o debate sobre a identificação arquivística enquanto método.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da construção teórica de procedimentos metodológicos sempre foi objeto de reflexão para a Arquivologia. Como destaca Rodrigues (2008, P. ??), é “na construção teórica sobre a identificação de documentos, desenvolvidos nos parâmetros da identificação arquivística, que a formulação do método está estreitamente associada a um conceito de documento que o fundamenta”.

Portanto, o lugar da identificação arquivística deve ser o ponto inicial para a construção dos instrumentos de gestão de documentos, ao passo que o conhecimento da organização pode servir para uma melhor identificação dos documentos produzidos.

A Espanha contribuiu significativamente para as discussões sobre a identificação na Arquivística, ao produzir estudos teóricos e aplicados que destacaram o país no cenário internacional, sobretudo influenciando a construção de tradições arquivísticas. As discussões sobre a padronização dos procedimentos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão de documentos, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana, e neste contexto, o Brasil.

No Brasil, a metodologia da identificação divulgada inicialmente nas publicações técnicas do Arquivo Nacional, somadas às propostas metodológicas de identificação aplicada à fundos e tipologias documentais, presentes nos trabalhos de Heloísa Bellotto, demonstram a efetiva participação do país neste movimento de inovação metodológica que caracterizou o

período. Muitas experiências de identificação foram surgindo no âmbito dos arquivos a partir destas propostas iniciais. Entretanto, no Brasil, a profusão de modelos e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivos, se explica pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que não vinha sendo priorizada pela área.

Pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2008, 2011) permitiram analisar os aspectos teóricos e metodológicos que caracterizam a identificação e sua pertinência como método para a arquivística, consolidando o conceito de identificação arquivística no Brasil. Ademais, as contribuições teóricas e metodológicas dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística - UFF/CNPq, contribuem para aprofundar as discussões sobre o método de identificação arquivística, presente nas políticas de gestão de documentos e de arquivos e nos seus instrumentos norteadores, trazendo em seu aporte, novas perspectivas de investigação.

Rodrigues (2008), comparando as realidades arquivísticas da Espanha e do Brasil, quanto à construção teórica da identificação arquivística, ressalta que na Espanha, a pesquisa pressupõe dois objetos de estudos que se complementam para a produção de conhecimento sobre o vínculo entre o órgão produtor e a tipologia documental. No Brasil, os procedimentos de identificação formulados pelo Arquivo Nacional apontam outro elemento a ser contemplado na pesquisa, muito presente na preocupação dos autores brasileiros, mas que se não se encontra na tradição arquivística espanhola: o depósito de documentos como objeto de estudos para fins de implantação de sistemas de arquivos, aspecto típico da tradição construída no país.

Observa-se que a identificação arquivística é um método imprescindível tanto para implementar Programas de Gestão de Documentos quanto para as soluções de tratamento técnico de documentos acumulados. Assim, ao possibilitar a correta denominação e o agrupamento padronizado de séries documentais, o método confere rigor científico às práticas arquivísticas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Publicações técnicas 37. Rio de Janeiro, 1985.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivística. **OFFICINA**: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Paulo, v. 1, n. 1, 2022. DOI: 10.29327/263416.1.1-2. Disponível em:
<https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associação-de-arquivistas/article/view/11>.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa *et al.* La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. *In:* JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1., 1992, Madrid. **Actas** [...] Madrid: Dirección de Archivos Estatales, Ministerio de Cultura, 1992. p. 15-19.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa; JARDIM, José Maria. Os arquivos no mundo ibero-americano”, publicado no periódico **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2012.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Lenguaje y vocabulario archivísticos**: algo más que un diccionario. España: Junta de Andalucía, 2011.

HERRERA HUERTA, Juan Manuel; RAMÍREZ DE LEÓN, José Antonio. Metodologia para a identificação e avaliação de fundos documentais cumulados. *In:* HERRERA HUERTA, Juan Manuel; RAMÍREZ DE LEÓN, José Antonio. **Archivos Administrativos Iberoamericanos**: modelo y perspectivas de una tradición archivística. Santafé de Bogotá: Archivo General de la Nación, Ministerio de Educación y Cultura, Archivos Estatales, 1996.

LA TORRE MERINO, José Luis; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes, 2000.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método archivístico. **Documenta & Instrumenta**, v. 1, p. 24-35, 2004.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php> .
Acesso em: 28 abr. 2025.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. *In:* ENCONTRO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...] Brasília: ANCIB, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175132>
Acesso em: 24 abr. 2025.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 64-80, jan./abr. 2013.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

VALÉRIO, Antônio Carlos Gonçalves *et al.* **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Ministério da Justiça; Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1985.